

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE
GOIÁS CAMPUS INHUMAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL**

SHARA MARIA VENÂNCIO SILVA

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS E TEA:
POSSIBILIDADES PARA A INCLUSÃO ESCOLAR**

INHUMAS

2025

SHARA MARIA VENÂNCIO SILVA

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS E TEA:
POSSIBILIDADES PARA A INCLUSÃO ESCOLAR**

Artigo científico apresentado ao Curso de Especialização em Docência na Educação Básica e Profissional como requisito parcial para a conclusão do curso.

Orientadora: Me. Thiffanne Pereira dos Santos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Silva, Shara Maria Venâncio

S586 Práticas pedagógicas inclusivas e TEA: possibilidades para a inclusão escolar
[Manuscrito]. / Shara Maria Venâncio Silva. – Inhumas: IFG, 2025.

26 f.

Inclui bibliografia.

Orientadora: Profa. Me. Thiffanne Pereira dos Santos.

Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-Graduação) - Instituto Federal de Goiás,
Câmpus Inhumas, Especialização em Docência na Educação Básica e Profissional,
2025.

1. Inclusão. 2. TEA. 3. Práticas pedagógicas. 4. Santos, Thiffanne Pereira dos
(orientadora) I. Título.

CDD 371.9

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária
Larissa Stefane Rodrigues de Lima - CRB/1-3424
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| ☐ Tese | ☒ Artigo Científico |
| ☐ Dissertação | ☐ Capítulo de Livro |
| ☐ Monografia – Especialização | ☐ Livro |
| ☐ TCC - Graduação | ☐ Trabalho Apresentado em Evento |
| ☐ Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor: **SHARA MARIA VENÂNCIO SILVA**

Matrícula: **20231030170259**

Título do Trabalho: **Práticas pedagógicas inclusivas e TEA: possibilidades para a inclusão escolar**

Autorização - Marque uma das opções

1. ☒ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
2. ☐ Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ____/____/____ (Embargo);
3. ☐ Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2** ou **3**, marque a justificativa:

- ☐ O documento está sujeito a registro de patente.
☐ O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.
☐ Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- i. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- ii. obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- iii. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Inhumas, 27 / 03 / 2025
Local Data

Shara Maria Venâncio Silva
Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CÂMPUS INHUMAS

ATA Nº 03/ 2025

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO E DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos **31 dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco**, às 10:00 horas, foi realizada a sessão pública de apresentação e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, da estudante **Shara Maria Venâncio Silva** (matrícula 20231030170259), do curso de **Especialização em Docência na Educação Básica e Profissional**. A banca foi composta pelos seguintes membros: **Thiffanne Pereira dos Santos, Maria Angélica Peixoto, Dayanna Pereira dos Santos**, sob a presidência da primeira. O trabalho de conclusão de curso tem como título **“Práticas pedagógicas inclusivas e TEA: possibilidades para a inclusão escolar”**, sob orientação da Profa. Thiffanne Pereira dos Santos. Após a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso, tendo sido a autora arguida pela Banca Examinadora, a nota obtida foi **8,0**.

Eu, Prof. Thiffanne Pereira dos Santos, dato e assino a presente ata que segue assinada por todos os membros da Banca e pela estudante.

Profa. Thiffanne Pereira dos Santos

Profa. Maria Angélica Peixoto

Profa. Dayanna Pereira dos Santos

Shara Maria Venâncio Silva (Estudante)

Documento assinado eletronicamente por:

- **Shara Maria Venâncio Silva, 20231030170259 - Discente**, em 31/01/2025 12:40:12.
- **Maria Angelica Peixoto, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 31/01/2025 12:08:35.
- **Dayanna Pereira dos Santos, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 31/01/2025 11:55:14.
- **Thiffanne Pereira dos Santos, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 31/01/2025 11:50:55.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 31/01/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 612588
Código de Autenticação: 0d5d3147c0



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Av. Universitária, S/Nº, None, Vale das Goiabeiras, INHUMAS / GO, CEP 75402-556
(62) 3514-9544 (ramal: 9544)

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS E TEA: POSSIBILIDADES PARA A INCLUSÃO ESCOLAR

Shara Maria Venâncio Silva¹

Resumo

A inclusão escolar visa assegurar que todos os alunos, respeitadas as suas particularidades, tenham acesso a uma educação de excelência em um ambiente escolar compartilhado. Quando se trata de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) esse processo torna-se ainda mais desafiador pelas nuances que o transtorno pode apresentar, demandando o desenvolvimento de práticas pedagógicas adaptadas para auxiliar na inclusão escolar desses alunos. Partindo desse contexto, essa pesquisa busca analisar o papel do desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas no processo de inclusão escolar de alunos com TEA. Para tanto, apresenta a sistematização e a análise descritiva de estudos científicos sobre práticas pedagógicas inclusivas voltadas para alunos com TEA disponíveis no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no período entre 2020 e 2024. Trata-se, então, de uma pesquisa de cunho qualitativo e bibliográfico com levantamento de estudos científicos. A pesquisa aponta que pensar a inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) exige uma reavaliação das práticas pedagógicas tradicionais, promovendo estratégias que considerem as particularidades de cada sujeito. E que é essencial que educadores recebam formação específica para aplicar e adaptar metodologias que estimulem o aprendizado e a participação de todos.

Palavras-chave: Inclusão. TEA. Práticas pedagógicas

Abstract: School inclusion aims to ensure that all students, respecting their particularities, have access to an excellent education in a shared school environment. When it comes to students with Autism Spectrum Disorder (ASD), this process becomes even more challenging due to the nuances that the disorder can present, demanding the development of adapted pedagogical practices to assist in the school inclusion of these students. Based on this context, this research seeks to analyze the role of the development of inclusive pedagogical practices in the school inclusion process of students with ASD. To this end, it presents the systematization and descriptive analysis of scientific studies on inclusive pedagogical practices aimed at students with ASD available on the Journal Portal of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES), in the period between 2020 and 2024. Therefore, it is a qualitative and bibliographic research with a survey of scientific studies. The research indicates that considering the school inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD) requires a reassessment of traditional pedagogical practices, promoting strategies that consider the particularities of each individual. And that it is essential that educators receive specific training to apply and adapt methodologies that stimulate learning and participation for all.

Keywords: Inclusion. TEA. Pedagogical practices.

¹ Discente do curso de Especialização em Docência na Educação Básica e Profissional.

Introdução

Segundo Mantoan (2003), a inclusão escolar é a prática de assegurar que todos os alunos, independentemente de suas características, deficiências ou dificuldades, tenham o direito de aprender juntos, em uma escola comum, sem qualquer discriminação ou segregação. A inclusão como direito, no Brasil, tem como marco a promulgação da Constituição Federal de 1988 que estabeleceu princípios de igualdade e não discriminação, colaborando para o desdobramento de demais ordenamentos jurídicos voltados a assegurar a inclusão das pessoas com deficiência.

Nesse contexto, em um recorte específico para a inclusão escolar, a consolidação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) em 1996, reafirmou o direito à inclusão ao prever a educação para todos. A lei prevê o direito à inclusão escolar e determina que o ensino deve ser oferecido, preferencialmente, na rede regular. Desse modo, é direito das pessoas com deficiência terem condições de acesso e permanência para frequentar as instituições educacionais, bem como o direito ao desenvolvimento de adaptações (físicas e pedagógicas) para que possa ter garantido seu processo de aprendizagem nesses ambientes.

Desse modo, incluir estudantes com deficiência vai além de inseri-los no ambiente escolar, demanda também mecanismos de reformulação da prática pedagógica para que todos eles tenham as mesmas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento. A inclusão se torna real quando vem acompanhada de práticas pedagógicas que visam atender as peculiaridades de cada aluno, considerando suas possibilidades e dificuldades.

E essa percepção de inclusão é essencial, quando se trata de alunos com Transtorno do Espectro Autista, porque eles possuem um modo peculiar de ver o mundo. Haja vista, que o transtorno interfere nos modos de socialização, comunicação e nos comportamentos desses sujeitos em níveis diferentes, tornando a inclusão de cada aluno com TEA um universo peculiar.

Assim, o processo de inclusão escolar de uma pessoa com TEA envolve refletir sobre as possibilidades de aprendizagem, que práticas educativas inclusivas podem trazer para esses alunos. E esse artigo, busca discutir essa temática e destacar, por meio da sistematização de estudos já publicados, um conjunto de práticas já desenvolvidas e/ou planejadas para estudantes com TEA como forma de consolidar ações inclusivas que possam servir de referência para a real inclusão desses alunos.

Vale destacar, que apesar de reconhecida a relevância de práticas inclusivas para o desenvolvimento e a aprendizagem do público-alvo da Educação Especial², entre eles os alunos com TEA, a implementação dessas práticas ainda se configuram como um grande desafio para a inclusão real. A ausência de adequada formação docente, a falta de estrutura e de materiais, de trabalho colaborativo, além da falta de suporte multidisciplinar nas instituições educacionais são apontados como possíveis razões para tal desafio. Essa problemática também será abordada no decorrer desse estudo.

1. Transtorno do Espectro Autista: história, características e legislação.

O Transtorno do Espectro do Autismo é uma síndrome que afeta o desenvolvimento dos sujeitos em três áreas específicas: o comportamento, a socialização e a comunicação. As percepções sobre esse transtorno passaram por inúmeras transformações ao longo da história, refletindo em mudanças nas percepções médicas, sociais e culturais.

De acordo com Donovan e Zucker (2017), o termo autista aparece pela primeira vez na literatura psiquiátrica, no ano de 1943, com o psiquiatra austríaco Leo Kanner. Os apontamentos sobre o transtorno realizado por Kanner em 1943 foram resultados de um estudo de quase quatro anos realizado por ele. Em seus estudos, Kanner descreveu 11 casos de crianças que apresentavam características muito específicas que ele então chamou de "autismo infantil precoce". Ele separou pela primeira vez um conjunto de comportamentos aparentemente característicos como dificuldades de interações sociais, rigidez comportamental, atraso no desenvolvimento da linguagem e comportamentos incomuns e interesses restritos e sugeriu que o distúrbio estava relacionado a uma falha no desenvolvimento afetivo. Ele ainda acreditava que o autismo fosse causado por fatores psicogênicos, especialmente problemas nas interações familiares.

No ano seguinte, em 1944, o pediatra austríaco Johann “Hans” Friedrich Karl Asperger, aprofundou os estudos sobre o transtorno e apontou a perspectiva conhecida como Síndrome de Asperger. Nessa percepção, a síndrome foi descrita como caracterizada por um desenvolvimento cognitivo e intelectual normal e sem necessariamente haver atraso na linguagem (apesar de poder ser apresentada de forma “robotizada”). Segundo Donovan e

² Conforme consta na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), Educação Especial e a modalidade de educação oferecida, preferencialmente na rede regular de ensino, para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (atualmente denominado TEA) e altas habilidades ou superdotação. Esses alunos, ainda segundo a referida lei, são considerados o público-alvo da Educação Especial.

Zucker (2017), Asperger focou em uma forma de autismo mais leve e com menos comprometimentos nas habilidades cognitivas e linguísticas. Segundo ele essas crianças não tinham o atraso severo no desenvolvimento da linguagem que Kanner havia observado, mas ainda assim exibiam dificuldades expressivas em áreas como interação social, comunicação não verbal e comportamento repetitivo.

Já em 1981 a psiquiatra Lorna Wing desenvolve o conceito de autismo como um espectro e revoluciona a compreensão do “autismo”. Lorna Wing propôs um arcabouço denominado “tríade de incapacidade” ou “tríade de Sintomas”. Segundo Donvan e Zucker (2017, p.352), essa tríade se caracterizava por um conjunto de “incapacidades”, sendo:

em primeiro lugar, incapacidade no conjunto usual de habilidade social de dar e receber; a segunda incapacidade relacionava-se com a linguagem recíproca, inclusive a não verbal; a terceira era uma de ciência em participar naquela que Wing denominava “imaginação social”, como a usada na brincadeira de personificação.

Na tríade descrita por Lorna Wing, ficou evidente a flexibilidade e variabilidade dos sintomas relacionados a síndrome que podia apresentar inúmeras combinações e intensidade dos sintomas, ou seja, podia apresentar diferentes nuances. A compreensão de que a síndrome podia sofrer variações na forma como se manifestava em cada sujeito destacou a concepção de espectro que segue, inclusive, sendo usado na nomeação da síndrome atualmente, como: Transtorno do Espectro Autista. A noção de “espectro” ressaltada por Lorna Wing, contribuiu para a compreensão, conscientização e reconhecimento da diversidade que existe dentro do espectro autista. Partindo dessa premissa, atualmente sabe-se que cada sujeito com o transtorno do espectro autista apresenta uma forma única e peculiar de manifestação dos sintomas.

O transtorno de espectro autista (TEA), é um transtorno do neurodesenvolvimento que se manifesta logo nos primeiros anos de vida. Ele é caracterizado por déficit na comunicação, comportamentos e interação social em diversos contextos. De acordo com Andrade e Gonzalez (2021, p.230):

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um Transtorno do Neurodesenvolvimento com alta incidência e prevalência, que interfere no modo de interagir e de se relacionar como mundo a sua volta. Cada um possui um modo específico de ver e sentir o mundo e as relações a partir de si mesmo, das suas construções e de sua realidade. Uma especificidade que interfere diretamente no modo de se relacionar e interagir com o mundo.

Segundo Silva, Gaiato, Reveles (2012, p.28), as disfunções na comunicação/linguagem “são um dos componentes principais para identificar o TEA, pois pessoas com autismo possuem inúmeras dificuldades em se comunicar pela linguagem verbal (escrita ou falada) e não verbal (sinais e símbolos), fazendo com que permaneçam isoladas e vivendo em bolhas”. Assim, pessoas com autismo podem apresentar atraso na construção de frases simples e na fala em geral conforme a idade. Ainda podem ter ecolalias que se refere a repetição ou imitação de palavras, ou frases ditas por outras pessoas, sem compreensão do significado.

Já o quesito de interação social, as chamadas de disfunções sociais se caracterizam pela dificuldade acentuada das pessoas com TEA de desenvolver relações interpessoais. Podem se manifestar de diversas maneiras como a dificuldade em compreender e expressar emoções, dificuldades em reconhecer, entender e expressar suas próprias emoções, dificuldade em estabelecer e manter relacionamentos, dificuldades significativas em desenvolver e manter amizades e relações interpessoais. Além de apresentar dificuldades para corresponder a gestos ou palavras de pessoas de maneira esperada (SILVA, GAIATO, REVELES, 2012).

No que se refere as disfunções comportamentais, elas podem ser caracterizadas por padrões de comportamento que se distanciam das normas e expectativas sociais. Essas disfunções podem se manifestar como agressividade, impulsividade, movimentos repetitivos e de *flapping*, entre outros comportamentos que interferem negativamente na adaptação do indivíduo às demandas do contexto em que vive.

Os estudos apontam que a maior incidência de casos de TEA ocorre no sexo masculino e ainda não há certeza sobre as causas que dariam origem ao transtorno. Mas, há várias teorias que tentam explicar sua causalidade, dentre elas as associadas aos fatores genéticos, neurológicos, ambientais, perinatais e neuroquímicos.

Conforme Silva, Gaiato e Reveles (2012), as teorias associadas aos fatores genéticos afirmam que o autismo está ligado a uma predisposição genética, ou seja, pode haver uma combinação de genes que predispõem um indivíduo ao transtorno (como a síndrome do X-frágil, a síndrome de Angelman, a esclerose tuberosa complexa, a fenil-cetonúria, a síndrome de Down, entre outras). Com relação aos fatores neurológicos, alterações no desenvolvimento do cérebro, especialmente em áreas relacionadas à comunicação e ao processamento social, seriam a gênese do autismo. Afirma-se nessa perspectiva que essas alterações possam ocorrer durante a gestação ou no início da vida, afetando como o cérebro se organiza e funciona.

Os fatores ambientais seriam relacionados a exposição a certas substâncias durante a

gestação e a infecções e complicações na gravidez. Esses fatores poderiam aumentar o risco de autismo. Algumas pesquisas sugerem que fatores como infecções virais, exposição a poluentes ou a medicamentos durante o período gestacional poderiam influenciar o risco de desenvolver o transtorno. Já as causas perinatais, estariam ligadas à decorrência de complicações no nascimento, como baixo peso ao nascer, prematuridade ou falta de oxigênio, que seriam elementos de risco para o autismo. E por fim, as causas neuroquímicas consistiriam em alterações nos níveis de neurotransmissores como a serotonina, dopamina e ácido gama-aminobutírico (GABA. Essas substâncias químicas são responsáveis pela comunicação entre as células nervosas e poderiam desempenhar um papel no desenvolvimento do transtorno (SILVA, GAIATO E REVELES, 2012).

Essas seriam algumas das possibilidades para explicar a gênese do Transtorno do Espectro Autista, mas ainda não há consenso se seria uma causa única, à combinação de vários desses fatores ou até mesmo um fator ainda não categorizado pelos estudiosos. Enfim, por ser um transtorno complexo e multifatorial que resulta em diferentes formas e níveis de manifestação, ainda há muito o que ser investigado. Atualmente, o que se considera mais provável é que exista uma interação de fatores genéticos e ambientais que influencie o desenvolvimento do TEA.

Frente a todas essas peculiaridades apontadas anteriormente, que permeiam a vida das pessoas com TEA, a implantação de políticas voltadas para assegurar seus direitos se coloca como aspecto fundamental para sua inclusão social e escolar. Nesse sentido, vale ressaltar alguns pontos sobre esse aspecto. No que tange aos direitos das pessoas com TEA, e importante ressaltar que a partir de 2012 com a publicação da Lei nº 12.764, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, todas as pessoas com o transtorno são consideradas como pessoa com deficiência. Essa configuração foi uma grande conquista para as pessoas com TEA, pois possibilitou que tivessem acesso a determinados direitos ao quais antes eram privados, como, por exemplo, o Benefício de Prestação Continuada³ disponibilizado pelo poder público para as pessoas com deficiência. Além disso, essa lei garante os direitos das pessoas com TEA ao diagnóstico precoce, tratamento, terapias, medicamentos fornecidos pelo sistema público de saúde, o direito à educação regular, dentre outros.

³ O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um direito assegurado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) (Lei nº 8.742/1993) e regulamentado por outras normas, que visa garantir a manutenção da dignidade da pessoa humana para cidadãos em situação de vulnerabilidade social. O BPC é uma prestação financeira mensal destinada a pessoas com deficiência e idosos com 65 anos ou mais, que não possuam meios de prover sua própria subsistência e que não recebam outra assistência de natureza previdenciária ou assistencial.

Por fim, cabe enfatizar que no ano de 2020 foi sancionada a Lei 13.977 de 8 de janeiro de 2020 (Lei Romeu Mion), que alterou a Lei n.º 12.764, de 27 de dezembro de 2012 instituindo a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea). Com isso, garantiu a identificação de Pessoa com Transtorno do Espectro do Autista por meio fita quebra-cabeça, símbolo mundial da caracterização do transtorno do espectro autista, assegurando atendimento prioritário em estabelecimentos públicos e privados.

Todos os apontamentos aqui realizados sobre o TEA são fundamentais, para refletirmos sobre a educação que precisa ser ofertada a esses sujeitos. Diante das particularidades que apresentam, fica evidente que a educação deve ser inclusiva, flexível e adaptada às necessidades específicas de cada indivíduo, proporcionando um ambiente de aprendizagem que respeite suas diferenças e potencialize suas habilidades. Para tanto, é necessário que educadores, gestores e toda a comunidade escolar se envolvam em práticas pedagógicas que considerem a diversidade e ofereçam suporte especializado, garantindo a igualdade de oportunidades e o direito à educação para todos. Conforme Cunha (2013), é necessário um movimento em torno de políticas educacionais que apresentem eficiência em sua aplicação. Além de políticas que incluam estratégias de ensino diferenciadas envolvendo o uso de tecnologias assistivas, promovendo a participação ativa dos alunos com TEA no processo educacional.

2. Educação inclusiva: a relevância de práticas pedagógicas inclusivas

A educação inclusiva busca possibilitar que todos os alunos, independentemente de suas especificidades, possam ter acesso e aprendizagem nas escolas regulares, utilizando-se de uma abordagem humanística. Trata-se de uma concepção de educação que almeja assegurar a todos os alunos, o direito a uma educação equitativa e de qualidade.

Mantoan (2003, p.12), define a educação inclusiva como “um paradigma educacional baseado no direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação”. Logo, envolve ações que promovam adaptações necessárias na infraestrutura, nas práticas pedagógicas e também nas atitudes e posturas da comunidade escolar.

A educação inclusiva é vista, como um novo modelo de educação e de escola no qual se disponibiliza aos alunos acesso, permanência e aprendizagem. E no qual se prevê a utilização de diferentes mecanismos, procedimentos e técnicas para o rompimento das

barreiras do ensino-aprendizagem. Nessa perspectiva, a educação inclusiva pode ser compreendida como:

um movimento que compreende a educação como um direito fundamental e a base para uma sociedade mais justa, que se preocupa em atender a todas as pessoas a despeito de suas características, desvantagens ou dificuldades e habilitar todas as escolas para o atendimento da sua comunidade. (BERGAMO, 2010, p.41)

Ela deve promover a valorização da diversidade e garantir a igualdade de oportunidades para todos os estudantes, reconhecendo e respeitando suas diferenças. E isso demanda que a escola passe por uma reorganização em seus processos e estruturas, tais como: Projeto Político Pedagógico (PPP), recursos didáticos, currículo, práticas pedagógicas e metodologias. A inclusão escolar vai além de inserir alunos com necessidades específicas no ambiente escolar, envolvendo transformações profundas na estrutura educacional e nas escolas para que ela realmente se efetive. Conforme Glat (2009), para se tornar inclusiva a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão e rever as formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem. É preciso reorganizar o cenário escolar desde a sua estrutura, projeto político pedagógico, práticas pedagógicas e avaliações, para assim poder acolher todos os alunos, independentemente de sua singularidade.

Então, a inclusão escolar consiste em ressignificar o cenário educacional por meio da mudança de modos de pensar e implementar a educação a partir de um viés que vislumbra a possibilidade de todos aprenderem. Envolve a redefinição de práticas, políticas e atitudes visando garantir que, independentemente de suas características, habilidades ou condições, todo estudante tenha acesso a uma educação de qualidade e possa participar de maneira ativa do processo educacional.

Porém, apesar de toda garantia legal associada a inclusão escolar, esse processo tão necessário de construção de uma nova mentalidade e prática pedagógica – em muitos contextos – enfrenta entraves para a efetivação da plena inclusão escolar. Isso porque ainda há uma grande carência no que se refere a formação docente adequada, a estrutura necessária para o desenvolvimento de um trabalho inclusivo, a implementação de políticas públicas, a disponibilização de equipes multiprofissionais para oferecer suporte às instituições e profissionais do ensino regular, entre outros aspectos.

Mas, é importante destacar que apesar de haver desafios para a implementação da real inclusão, não podemos nos eximir de estar em constante busca pela garantia do direito à inclusão escolar. Pois, conforme afirma Santos (2006), a inclusão não é apenas uma questão

de justiça social, mas uma necessidade para a construção de uma sociedade mais plural e inclusiva na qual a diversidade deve ser valorizada e na qual a escola se torna um espaço de convivência democrática e igualitária.

Essa perspectiva de Educação Inclusiva que se destaca atualmente, é resultado de movimentos sociais construídos historicamente, em especial, a partir da década de 80. A partir desse marco temporal, o movimento da educação inclusiva se pautou nos princípios da equidade (igualdade), justiça social e respeito a diversidade balizados pela Constituição Federal (CF) de 1988 e reforçado, no caso da inclusão escolar, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) de 1996.

Assim, no Brasil, legalmente a educação inclusiva começou a ganhar destaque no final da década de 80 com a promulgação da Constituição de 1988 que trouxe um rol de direitos, dentre eles a educação como “direito de todos e dever do Estado e da família” (CF, 1988, art. 205). Além do direito de todos a educação, o documento ainda dá destaque ao atendimento – nas instituições educacionais – às necessidades específicas das pessoas com deficiência, nos artigos: 206 - ao enfatizar o direito “a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”; 208 – ao destacar o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (CF, 1988).

Posteriormente, na década de 90, como reflexo das discussões internacionais que circundavam o contexto mundial, devido à Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990) e a Conferência Mundial de Educação Especial (1994), a concepção de educação inclusiva ganhou espaço e a inclusão escolar passou a ser implementada paulatinamente na sociedade. A partir de então, diversos documentos oficiais passaram a abordar o direito à inclusão escolar, tais como: o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/90); as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial (Resolução n.º 4/2009); a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015); dentre outros.

Segundo Silva (2012), para a efetivação da inclusão escolar prevista na legislação, o sistema educacional precisa ser reestruturado para atender as necessidades do alunado, proporcionando os meios necessários para o sucesso escolar. De tal modo que a escola só pode ser considerada inclusiva quando existe o acolhimento do aluno e a disponibilização de práticas pedagógicas adaptadas e inclusivas para proporcionar aprendizagem aos alunos público-alvo da educação especial.

Dentre esses aspectos apontados por Silva (2012), a adequação das práticas educativas de tal forma que se tornem inclusivas é colocada como elemento essencial para a real

inclusão. As práticas pedagógicas inclusivas, referem-se a abordagens e/ou estratégias que possuem o intuito de garantir e promover aos alunos com necessidades específicas o apoio para se tornarem independentes. Nesse sentido, as práticas pedagógicas corroboram para efetivar o processo de ensino e aprendizagem, pois produzem conhecimento e envolvem processos didáticos planejados visando uma intervenção. De forma que o foco deixa de ser naquilo que o aluno “não consegue” fazer e passa a ser em suas potencialidades, visando auxiliá-lo a alcançar o melhor nível de desenvolvimento e aprendizagem (FERNANDES, 2015).

Segundo Blanco (2004) *apud* Silva (2012), as práticas inclusivas contribuem para a construção de um ambiente educacional mais justo e democrático. O uso de práticas pedagógicas inclusivas permite ao professor em sala de aula colocar em prática a cooperação durante a realização das atividades propostas, oferecer atividades que possibilitem aos alunos aprenderem conteúdos complexos de formas diversificadas, explorar a utilização de materiais diversos, elaborar avaliações adaptadas conforme a necessidade de cada aluno, entre outros. Essas práticas pedagógicas inclusivas são importantes no processo de ensino-aprendizagem, pois são através delas que alcançamos a real inclusão de alunos com necessidades específicas. Elas visam garantir que todos os estudantes tenham acesso equitativo à educação.

Além disso, as práticas pedagógicas inclusivas são cruciais para o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais. Elas permitem que os alunos interajam uns com os outros promovendo a empatia, a solidariedade e a cooperação. Esse convívio em um ambiente inclusivo prepara todos os estudantes para viverem em uma sociedade mais inclusiva e igualitária na qual a diversidade é vista como um elemento positivo.

Segundo Silva (2012), às práticas inclusivas facilitam a adaptação curricular⁴ às necessidades individuais dos alunos. Isso garante que todos os estudantes possam desenvolver seu potencial máximo. Métodos diferenciados de ensino, uso de tecnologias assistivas e adaptações curriculares são alguns exemplos de estratégias que podem ser utilizadas para atender às particularidades de cada aluno, estimulando desenvolvimento cognitivo e social. As adaptações do ensino devem acontecer tanto em âmbito coletivo quanto em âmbito individual, favorecendo os alunos ditos “normais” e alunos com alguma necessidade específica.

Os professores desempenham um papel vital no processo de elaboração e implementação das práticas inclusivas, já que são eles que têm contato diário com os alunos e

⁴ A adaptação curricular consiste em um conjunto de modificações no currículo escolar que asseguram aos alunos com necessidades específicas o direito à educação em condições de igualdade, respeitando suas especificidades e favorecendo sua inclusão (SILVA, 2012).

conhecem de forma refinada as demandas de cada um. E a partir dessa percepção podem pensar em possibilidades de ações pedagógicas que estimulem a aprendizagem dos mesmos. Mas, para que isso seja possível, é necessário que eles tenham capacitação profissional para lidar com a diversidade dentro das salas de aula.

Por isso, é fundamental que se disponibilize a esses professores oportunidades para realizar formações sobre essa temática para que assim consigam ampliar suas estratégias pedagógicas, colaborando para a efetivação da educação inclusiva. Tais formações precisam versar sobre uma postura aberta e acolhedora da diversidade, sobre a mediação do processo ensino-aprendizagem para um público diverso e sobre a implementação de estratégias pedagógicas inclusivas voltadas à adaptação curricular.

É importante ressaltar, que apesar do papel crucial do professor na formulação de práticas pedagógicas inclusivas, o pensar sobre a inclusão escolar, assim como sobre as práticas que ela exige, compete a toda a comunidade escolar. Ou seja, todos os atores escolares em conjunto com a família podem contribuir com sugestões que culminem na proposta de práticas pedagógicas inclusivas exitosas e fundamentais para o sucesso da inclusão escolar. É necessário que se institua um trabalho/ensino colaborativo nas instituições de ensino a fim de assegurar o acesso, a permanência e, principalmente, a aprendizagem dos alunos.

O ensino colaborativo consiste em uma estratégia pedagógica na qual os participantes do processo de ensino-aprendizagem – incluindo os atores escolares (em especial), equipe multiprofissional, familiares e até os próprios alunos – atuam em conjunto visando garantir a participação de todos os alunos de maneira plena e abrangente. A colaboração entre todos esses sujeitos permite um atendimento mais amplo às necessidades de cada aluno.

O trabalho colaborativo consiste na ação conjunta e coordenada entre diferentes profissionais da educação, a fim de proporcionar uma aprendizagem efetiva e acessível a todos os alunos, respeitando suas particularidades e necessidades. (MENDES, 2006, p.83)

O trabalho colaborativo demonstra ser um dos caminhos para que se torne possível pensar em novas práticas e em um novo contexto educativo realmente inclusivo e propiciador de aprendizagem. Promovendo, assim, um ambiente de aprendizado mais acessível, respeitoso e enriquecedor no qual as diversidades sejam valorizadas e todos os alunos, independentemente de suas necessidades, possam desenvolver suas potencialidades e diminuir suas dificuldades e/ou limitações.

Logo, a partir de todos os apontamentos realizados podemos perceber que a inclusão visa criar um ambiente educacional no qual cada indivíduo se sinta valorizado e tenha a oportunidade de alcançar seu pleno potencial. De tal modo, que se faz necessário ressignificar as práticas pedagógicas a fim de se adotar um viés mais inclusivo que possibilite um ensino equitativo.

3. Práticas pedagógicas inclusivas para alunos com TEA: sistematização de estudos científicos

Conforme ponderado anteriormente, a inclusão de pessoas com deficiência – entre elas as com TEA – tem conseguido avanços significativos ao longo das últimas quatro décadas. No entanto, ainda há muito a se conquistar para que a inclusão dessas pessoas não fique restrita apenas ao acesso e a permanência e realmente possibilite oportunidades de aprendizagem, colaborando para sua autonomia e desenvolvimento. Dentre as demandas para que a inclusão realmente se estabeleça está há necessidade do desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas voltadas a atender as especificidades de cada aluno. Isso porque essas práticas podem oportunizar a alunos com deficiência uma educação equitativa evitando a sua segregação no cenário educacional.

Assim, quando a finalidade é oportunizar aprendizagem para os alunos com deficiência é importante repensar e adaptar as práticas pedagógicas de tal modo que sejam respeitados o ritmo e as potencialidades de cada aluno, bem como que as atividades propostas sejam concernentes as necessidades específicas deles. Do contrário, sem adaptação curricular e das práticas pedagógicas, incorre-se no risco da perpetuação de uma inclusão escolar que se restrinja apenas ao âmbito da “execução” de uma “obrigação legal” sendo desprovida de fins pedagógicos.

Diante disso, a fim de evidenciar e exemplificar práticas pedagógicas inclusivas que podem ser desenvolvidas para garantir a real inclusão, nesse tópico vamos apresentar um levantamento de estudos que delineiam ações pedagógicas pensadas para assegurar a aprendizagem dos alunos nas instituições educacionais. Os estudos aqui descritos foram retirados do Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a partir da busca com a seleção de três descritores: transtorno do espectro autista; inclusão; práticas pedagógicas.

Após essa busca inicial foi aplicado um o filtro relacionando a temporalidade com recorte específico dos últimos cinco anos (2020-2024). Com esse refinamento a pesquisa

resultou em 20 artigos científicos que foram então selecionados para a análise inicial a fim de verificar se coadunavam com a temática e objetivos dessa pesquisa. Nessa primeira análise, foi possível verificar que 15 dos trabalhos encontrados na busca abordavam a inclusão de pessoas com TEA e mencionavam a relevância das práticas inclusivas. Porém, apesar de discutirem a importância das práticas pedagógicas inclusivas, não apresentavam possibilidades de aplicabilidade de práticas no contexto educacional (foco dessa pesquisa) e por esse motivo foram desconsiderados. Esses trabalhos consistiam em revisões teóricas, debates sobre formação docente, entre outros.

Desse modo, dentre os trabalhos encontrados na busca no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cinco foram selecionados para descrição nessa pesquisa, haja vista que mostram as possibilidades de aplicação de práticas pedagógicas inclusivas para alunos com TEA no âmbito escolar. O objetivo desse levantamento de estudos no presente trabalho consiste em aglutinar práticas pedagógicas inclusivas de forma sistematizada para servir de fonte de consulta para os interessados pela temática. De tal forma, que as práticas aqui socializadas possam ser suporte para o trabalho com a inclusão dos alunos com TEA em sala de aula. Os estudos selecionados estão listados no Quadro 1.

Quadro 1 - Artigos selecionados no Portal da CAPES

TÍTULO	PALAVRAS-CHAVE	AUTORES	ANO
Tecnologia assistiva em dispositivos móveis: aplicativos baseados no TEACCH como auxílio no processo de alfabetização com crianças autistas.	Aplicativos. Aprendizagem. TEA. TEACCH. Tecnologia Assistiva	REIS, Marlene Barbosa de Freitas; DE SOUZA, Carla Salomé Margarida; DOS SANTOS, Lilian Cristina	2020
As possibilidades e os limites da inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA): Experiência de uma Escola do Município de Criciúma-SC.	Possibilidades e limites da inclusão; Transtorno do Espectro Autista; Professor; Alunos; Escola.	ANDRADE, Alicia de Brida; SILVEIRA, Zélia Medeiros	2020

A inclusão da criança com TEA nos anos iniciais e as adaptações pedagógicas: A realidade de uma escola da rede privada do Município de Tubarão/SC.	Transtorno do Espectro Autista – TEA; Inclusão escolar; Adaptações Pedagógicas.	SOUZA, Thaise Vargas de Medeiros de; SILVEIRA, Zélia Medeiros	2020
As vozes daqueles envolvidos na inclusão de aprendizes autistas nas aulas de Matemática.	Ensino de matemática; Educação básica; Estudante especial; Educação inclusiva; Aluno autista.	FLEIRA, Roberta Caetano; ERNANDES, Solange Hassan Ahmad Ali	2021
Necessidades Educacionais para a Inclusão de um Aluno Autista no Ensino De Ciências.	Necessidades educacionais; Autismo; Ensino aprendizagem.	PEREIRA, Erica Z. de Sousa; LOPES; Suzana Gomes; SILVA, Alexandre L. dos Santos	2022

Fonte: Portal da CAPES (2024)

O primeiro artigo “Tecnologia assistiva em dispositivos móveis: aplicativos baseados no TEACCH como auxílio no processo de alfabetização com crianças autistas” descreve dois aplicativos, *Lina educa* e *o ABC autismo*, como ferramentas pedagógicas usadas no auxílio do processo de alfabetização e inclusão de crianças com autismo.

O estudo descreve que o aplicativo *Lina educa* pode trabalhar o lúdico com crianças com autismo grave utilizando como base o método TEACCH⁵. Ele pretende desenvolver a capacidade intelectual aliada as noções de organização. O aplicativo foi desenvolvido por pesquisadores da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e pode ser obtido de forma gratuita. Segundo as autoras, o aplicativo dispõe de calendário para a criança construir uma rotina, uma sequência de atividades no qual o método TEACCH é amplamente desenvolvido. E no que diz respeito ao processo de alfabetização o aplicativo contribui à medida que incentiva a aprendizagem de grupos de palavras por meio da realização de exercícios. No

⁵ O TEACCH (Treatment and Education of Autistic and related Communication handicapped Children.) se baseia na organização do ambiente físico por meio de rotinas estruturadas em quadros, painéis ou agendas e sistemas de trabalho. Esse processo tem como finalidade adaptar os ambientes para torna-los mais compreensíveis/previsíveis para a pessoa com TEA. O método também auxilia no desenvolvimento da linguagem/comunicação por meio de apoios visuais (MELLO, 2004).

aplicativo são disponibilizados grupos de três palavras para aprendizagem e o aplicativo só inicia outro grupo de palavras quando a criança com TEA aprendi o grupo anterior de palavras. Para assegurar se a criança realmente aprendeu é realizado um teste de identificação com sílabas recombinadas das palavras já trabalhadas.

Já o aplicativo *ABC autismo*, é descrito como um software que possui 40 fases interativas em 4 níveis de complexidade no qual o aluno deverá transpor figuras de uma área para outra fazendo associações – o aplicativo encontra-se em três idiomas sendo eles o português, o inglês e o espanhol – conforme passam os níveis novos elementos do método TEACCH são inseridos fortalecendo a coordenação motora da criança. No contexto educacional, esse software pode contribuir com a alfabetização por possibilitar um trabalho educativo com a criança com TEA, despertando nela o reconhecimento de formas, cores e letras do alfabeto. Dessa forma, propõe o desenvolvimento de atividades de alfabetização, realizada em conjunto com o método TEACCH, sendo um suporte no processo de alfabetização.

Pelo descrito no trabalho podemos observar que os aplicativos baseados no método TEACCH são colocados no artigo como elementos capazes de criar um ambiente de aprendizagem mais acessível e ativo para crianças com TEA. Já que com eles é possível criar – por meio de estruturas visuais claras – rotinas previsíveis, feedbacks positivos e uma abordagem individualizada que respeita as necessidades específicas de cada aluno.

O segundo trabalho intitulado “As possibilidades e os limites da inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA): experiência de uma escola do município de Criciúma/SC” retrata a pesquisa em uma escola pública do município de Criciúma-SC que aborda as práticas inclusivas desenvolvidas por três professoras dos anos iniciais do ensino fundamental (1º, 2º e 5º ano) que tinham alunos com TEA em sua de aula. Dessas professoras duas possuíam formação em Pedagogia e uma em Letras (Português/Inglês). Cabe ressaltar que as práticas descritas nesse trabalho foram resultado dos relatos das professoras em entrevistas e não em observação direta. Nesse contexto, ao falar sobre a execução das práticas pedagógicas inclusivas que desenvolviam, as professoras demonstraram compreender que nenhum aluno é igual e que não se deveria propor a mesma atividade para todos.

As professoras foram nomeadas no estudo como P1, P2 e P3. Ao descrever suas práticas, a professora P1 citou o trabalho com seus dois alunos com TEA suporte 3 dando ênfase a relevância das práticas inclusivas, ela relatou que trabalhou com eles por meio de adaptações de conteúdos e atividades diferenciadas para cada aluno. Ela enfatiza que com as

adaptações realizadas nas práticas, de acordo com as especificidades de cada aluno com TEA, foi possível que eles conseguissem “acompanhar” os demais colegas.

Já as professoras P2 e P3 destacaram que além de buscar a confiança de seus alunos através do olhar, tentando fazer com que eles estabeleçam interação, também utilizam como prática pedagógica inclusiva materiais concretos – como, por exemplo, o material dourado – proporcionando maior compreensão e conexão deles com os conteúdos. A P2 ainda apontou como elemento essencial de suas práticas o uso de rotinas visuais que possibilitam o aluno com TEA não se sinta confuso nos momentos das aulas. Por fim, as três professoras (P1, P2 e P3) afirmaram que a adaptação das práticas, muitas vezes, se constitui de modificações simples, mas que trazem resultados significativos para o desenvolvimento dos alunos com TEA.

Esse trabalho evidenciou que o desenvolvimento de práticas pedagógicas, muitas vezes, será realizado a partir de pequenas modificações nas atividades propostas aos alunos. É claro que em algumas situações pode haver a necessidade de maiores alterações, mas o importante relatado nesse trabalho é: como mesmo as pequenas ações podem contribuir para a inclusão e o desenvolvimento dos alunos com TEA, além de como é relevante a busca por práticas e métodos diversos que estimulem a aprendizagem deles conforme suas especificidades. Pois, conforme afirma Nogueira (2013), a inclusão de um aluno com TEA no âmbito escolar começa no reconhecer suas especificidades, o que exige uma prática educativa flexível, sensível e personalizada. Quando se reconhece as especificidades de cada aluno com TEA são maiores as possibilidades de aplicação de práticas educacionais que atendam as necessidades cognitivas, sociais e emocionais de cada aluno.

O terceiro trabalho intitulado “A inclusão da criança com TEA nos anos iniciais e as adaptações pedagógicas: a realidade de uma escola da rede privada do município de Tubarão/SC”, também descreve as práticas pedagógicas inclusivas desenvolvidas na escola por meio de entrevista envolvendo a coordenadora da educação inclusiva e sete professoras que trabalhavam com crianças autistas na instituição, todas com formação em Pedagogia.

Durante a entrevista, quando perguntada sobre o que seria inclusão escolar, a coordenadora pedagógica pontua que a inclusão vai além de uma matrícula na escola e a permanência desse aluno, mas envolve também condições adequadas para o ensino do aluno. As professoras responderam, em síntese, que compreendem que a inclusão é garantir o acesso ao ensino e o atendimento de forma igualitária as necessidades da criança para que a mesma possa desenvolver suas habilidades. Dentre as sete professoras, duas (P5 e P6) não

descreveram a realização de práticas nas entrevistas, por isso abordaremos apenas as práticas descritas por cinco das professoras.

Com relação à prática escolar, as entrevistadas mencionaram a relevância de realizar adaptações no processo de ensino para possibilitar a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos com TEA. Nesse sentido, a professora P1 utiliza como práticas pedagógicas inclusivas o envolvimento dos alunos com TEA em leituras interativas, para haver a troca de experiências com os demais colegas, permitindo que o aluno disponha de um maior tempo para isso. Assim, possibilita novos mecanismos de aprendizagem e a socialização do aluno com TEA com seus pares.

Já a professora P2 descreve que pauta sua prática nas adaptações do conteúdo e de rotina. Nesse contexto, umas das formas que encontrou para incluir o aluno com TEA foi explicar o conteúdo para a turma de forma mais interativa. Além disso, posicionou o aluno com TEA em um local na sala de aula que o mesmo ficava sempre perto dela de forma a permitir que ela oferecesse a ele maior suporte.

As professoras P3, P4 e P7 descreveram a relação que estabelecem com o tempo e a organização das atividades disponibilizando um tempo maior para que seus alunos possam realizar as atividades solicitadas. Destacaram ainda que preferem fazer adaptações que resultem em um aprendizado significativo e que colabore para a autonomia dos alunos, sempre potencializando as habilidades deles.

Podemos perceber com o relato das professoras como é significativo adaptar a relação tempo/atividade/conteúdo para os alunos com TEA. Essa dinâmica facilita o aprendizado e promove o aumento do engajamento desses alunos permitindo que se desenvolvam, fortalecendo suas habilidades sociais e emocionais que são essenciais para a convivência e interação. Isso porque, conforme afirma Cunha (2011), as adaptações realizadas pensando na inclusão dos alunos com TEA – a partir de uma abordagem flexível que considera suas necessidades cognitivas, emocionais e sociais – contribuem para que eles possam aprender de forma ativa por meio das práticas pensadas nas individualidades de cada um.

O quarto trabalho intitulado “As vozes daqueles envolvidos na inclusão de aprendizes autistas nas aulas de matemática”, trata-se de um estudo de caso no qual 4 professoras de uma escola de Ensino Fundamental (primeira da fase), formadas em Pedagogia ou Matemática, da cidade de São Paulo, foram entrevistadas sobre as práticas pedagógicas aplicadas com alunos autistas nas aulas de matemática. A escola possui tanto salas de ensino regular quanto salas de educação especial. Durante a entrevista foram feitas perguntas, entre as quais iremos atentar a

uma devido ao foco de pesquisa proposto nesse trabalho: 1. “Quais práticas inclusivas você realiza em suas aulas? ”.

Com relação a esse questionamento feito durante as entrevistas, as professoras responderam que desenvolvem suas práticas inclusivas em sala de aula por meio da adaptação dos materiais pedagógicos utilizados nas aulas, na perspectiva que o aluno consiga realizar suas atividades sempre respeitando seus limites. Outras menções se referiram ao uso de vídeos explicativos para tornar o conteúdo mais dinâmico e claro, o uso de imagens para que o aluno possa assimilar o que está sendo trabalhado e o uso de materiais concretos para assimilação dos conteúdos. Foi citada também a possibilidade de associação com outras disciplinas (por exemplo, Artes) e a Matemática para ampliar as possibilidades de aprendizagem por meio de um trabalho interdisciplinar.

As professoras relataram fazer uso de uma abordagem multissensorial no planejamento e desenvolvimento de suas práticas porque assim podem explorar o processo de ensino-aprendizagem por todos os sentidos (tato, visão, audição, olfato e paladar) ampliando as possibilidades de aprendizagem. Assim como, afirmaram que o desenvolvimento de ações pedagógicas envolvendo os movimentos corporais contribuem para a assimilação dos alunos com TEA de dimensões como longe e perto, alto e baixo, grande e pequeno, entre outras, facilitando a ensino-aprendizagem da Matemática.

Além disso, ao falarem sobre a especificidade do ensino de matemática, afirmaram que as práticas inclusivas envolvem tanto a adequação do material quanto a identificação das habilidades. Nas falas das professoras foram descritas as seguintes práticas: 1. Utilização de aspectos habituais do cotidiano como ida ao supermercado e farmácia, os atos pagar e receber, incentivando a autonomia e, ao mesmo tempo, a aprendizagem dos alunos com TEA e das demais crianças; 2. Trabalho com o lúdico através de brincadeiras, se tornando algo mais concreto e significativo; 3. Uso da culinária para ensinar por meio de uma receita, educação financeira, quantidade com o uso dos ingredientes, tempo com o preparo da receita, levando as crianças a adquirirem hábitos que auxiliem na sua independência.

Através da descrição das práticas das professoras é possível perceber que desenvolver práticas pedagógicas inclusivas requer também do professor sensibilidade para acreditar no potencial e possibilidades de aprendizagem dos alunos com TEA. Como descrito, foi pensado na aplicação de atividades/ações pedagógicas no ensino de matemática de modo a tornar as aulas mais atrativas, dinâmicas e compatíveis com a necessidade de desenvolvimento da autonomia dos alunos com TEA. E esse aspecto é fundamental para esses alunos porque o desenvolvimento da autonomia favorece a construção da autoconfiança,

permitindo que eles se sintam mais seguros para explorar e aprender de forma independente. Conforme Freire (1996, p.59) “o respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros”. Ao adaptar as atividades de acordo com as necessidades dos alunos, o professor cria um ambiente que respeita individualidades e promove participação ativa, contribuindo para o desenvolvimento e autonomia da criança com TEA.

Por fim, no quinto trabalho “Necessidades Educacionais para a inclusão de um aluno autista no Ensino de Ciências” foi destacada a importância de se realizar práticas pedagógicas inclusiva que auxiliem no processo de aprendizagem dos alunos com TEA. O trabalho apresenta um estudo de caso de uma escola da zona rural da cidade de Várzea Grande, Piauí. Para a obtenção de informações sobre a prática desenvolvida na disciplina de ciência, na escola, foi aplicado um formulário que foi respondido pela diretora, pela professora de ciências (ambas pedagogas) e pela mãe do aluno com TEA (o aluno tinha 7 anos e estava no ensino fundamental).

Nas respostas apresentadas, a professora de ciências menciona que o material de base usado nas aulas (livro didático) não é apropriado as necessidades dos alunos com TEA, mas que cabe a ela desenvolver um plano de aula que seja mais específico a esse aluno. Afirma ainda que tenta conciliar os conteúdos com a realidade e necessidades de seu aluno e para isso busca confeccionar materiais didáticos como jogos, maquetes e cartazes para facilitar o processo de assimilação do conteúdo.

A professora relata a importância de utilizar jogos, brincadeiras e tecnologias, pois quando acredita que quando se associa o lúdico a tecnologia ambos constituem uma prática inclusiva que possibilita o desenvolvimento cognitivo de alunos com TEA e torna mais atrativo o ensino para os demais alunos. Pois, eles se divertem e aprendem simultaneamente nas aulas de ciências dessa forma.

Com as ponderações descritas a partir dos estudos selecionados, podemos perceber que as práticas pedagógicas inclusivas são fundamentais para permitir que os alunos com TEA tenham chances de desenvolver sua capacidade de interação, sua autonomia e seu campo cognitivo. O uso de adaptações curriculares, bem como o uso de materiais diversificadas e das tecnologias se mostram um caminho para a tentativa de estabelecimento de uma educação inclusiva que realmente inclua a todos.

Conforme afirma Mantoan (2003), quando se pensa no desenvolvimento de práticas inclusivas é necessária a elaboração de estratégias que atendam às necessidades individuais de

cada aluno, respeitando as especificidades e promovendo a autonomia no processo de aprendizagem.

Sendo assim, a implementação de práticas pedagógicas inclusivas no contexto educativo pode transformar a educação em um espaço verdadeiramente democrático e incluyente no qual cada estudante é reconhecido e valorizado em sua singularidade. Essa transformação não beneficia somente os alunos com deficiência – entre eles os com TEA – e sim todos os alunos e a sociedade como um todo. Isso ao promover senso de igualdade e respeito à diversidade. Vale ressaltar que desenvolver práticas pedagógicas não consiste na realização de ações isoladas/únicas, mas sim em um conglomerado de ações, atividades e posturas exercidas que colaboram para um processo de ensino-aprendizagem verdadeiramente para todos.

Considerações Finais

As práticas pedagógicas inclusivas são fundamentais para auxiliar o aluno com o Transtorno do Espectro Autista no seu processo de ensino aprendizagem garantindo que eles recebam uma educação de qualidade adaptada às suas necessidades. Conforme já discutido anteriormente, a implementação de práticas inclusivas impacta diretamente no processo de aprendizagem e desenvolvimento pleno dos alunos com TEA, além de colaborar para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A adoção de metodologias diferenciadas e a adaptação de conteúdos deve sempre visar o atendimento as necessidades específicas dos alunos promovendo um ambiente de aprendizagem que respeite as individualidades e garanta o acesso equitativo ao conhecimento.

Com o levantamento dos artigos encontrados no Portal de Periódicos da CAPES, ficou evidente que as discussões sobre a inclusão dos alunos com Transtorno do Espectro Autista e sua correlação com um ensino que realmente se preocupe com a aprendizagem deles têm apresentado avanços significativos abordando questões como a formação docente, o Atendimento Educacional Especializado, entre outros aspectos. Mas, também ficou notório que a socialização/publicização, ao menos no campo acadêmico, de práticas pedagógicas realmente implementadas e desenvolvidas em instituições educacionais ainda é restrito (dentre os 20 trabalhos encontrados apenas 5 apresentavam diretamente descrições ou relatos de práticas pensadas/realizadas no contexto educativo).

Apesar disso, com os trabalhos que foram analisados foi possível perceber que a ludicidade, a dinamicidade, as adaptações curriculares, o uso da tecnologia e a contextualização dos saberes tem se mostrado alternativas viáveis para se pensar em práticas pedagógicas que realmente atendam as especificidades dos alunos com TEA. É importante destacar aqui que a implementação efetiva de práticas inclusivas não depende apenas da disponibilidade de recursos e materiais, mas também da formação contínua dos profissionais da educação, devendo ser oferecidas oportunidades e condições para eles realizarem esse processo formativo.

Logo, a promoção de uma educação inclusiva de qualidade para alunos com TEA requer um esforço contínuo de adaptação e inovação por parte de todos os atores escolares e das instituições de ensino, bem como demanda a implantação de políticas públicas que apoiem essa modelo de educação. Somente por meio de uma abordagem coletiva e integrada será possível garantir que todos os alunos, independentemente de suas particularidades, tenham acesso a uma educação que respeite e valorize suas diferenças.

Referências

ANDRADE, Mirian de; GONZALEZ, Daniela Pereira. **Transtorno do Espectro Autista (TEA) na educação infantil: um relato de caso.** In: ALMEIDA, Flávio Aparecido De (org). **Autismo avanços e desafios.** Guarujá, SP: Científica Digital, 2021. p. 229 – 237. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.org>. Acesso em: 31/09/2024.

ANDRADE, Alicia de Brida; SILVEIRA, Zélia Medeiros. **As possibilidades e os limites da inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) : Experiências de uma escola do município de Criciúma/SC.** Criciúma: Saberes Pedagógicos.2020.

BERGAMO, Regiane Banzatto. **Educação especial, pesquisa e prática.** Curitiba: Ibpex, 2010.

BRASIL . **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>> ;Acesso em: 12/08/2024.

_____. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 12/04/2023.

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm> Acesso em: 23/12/2024.

_____. **Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm> . Acesso em: 12/08/2024.

_____. Lei n. 13.146, de . Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm; acesso em: 15/10/2024

_____. **Lei nº 13.977 de 08 de janeiro de 2020.** Disponível em: <<https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-13.977-de-8-de-janeiro-de-2020-237206876>> . Acesso em: 15/08/2024.

DONVAN, John ; ZUCKER, Caren. **Outra sintonia: a história do autismo.** Tradução Luiz A. de Araújo. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CUNHA, Eugênio. **A educação de pessoas com deficiência: Concepções e práticas pedagógicas inclusivas.** Editora Vozes, 2011.

_____. Eugênio. **Autismo na escola: um jeito diferente de aprender, um jeito diferente de ensinar -ideias e práticas pedagógicas.** Rio de Janeiro: Wak, 2013.

FERNANDES, C. H. **Práticas pedagógicas e inclusão escolar na educação básica: considerações**. Revista Cocar, Belém, v. 9, n. 17, p.97-111, 2015. Disponível em: <https://paginas.uepa.br/seer/index.php/cocar/article/view/506/437>. Acesso em: 28/08/2024.

FLEIRA, Roberta Caetano; ERNANDES, Solange Hassan Ahmad Ali. **As vozes daqueles envolvidos na inclusão de aprendizes autistas nas aulas de Matemática**. Bauru: Ciência e Educação, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GLAT, Rosana. **Educação Inclusiva: Cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2009.

LDB - **Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996. BRASIL.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003.

MELLO, Ana Maria S. Ros de. **Autismo: guia prático**. 4º Ed. São Paulo: AMA; Brasília: CORDE, 2004.

MENDES, E. S. **Educação inclusiva: desafios para a prática pedagógica**. São Paulo: Cortez, 2006.

NOGUEIRA, Viviane. **A Inclusão Escolar de Alunos com Autismo: Estratégias e Desafios**. São Paulo: Summus, 2013.

PEREIRA, Erica Z. de Sousa; LOPES, Suzana Gomes; SILVA, Alexandre L. dos Santos. **Necessidades Educacionais para a Inclusão de um Aluno Autista no Ensino De Ciências**. Acre: Revista Comunistas, 2022.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas; DE SOUZA, Carla Salomé Margarida; DOS SANTOS, Lilian Cristina. **Tecnologia assistiva em dispositivos móveis: aplicativos baseados no TEACCH como auxílio no processo de alfabetização com crianças autistas**. São Paulo: Eccos, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SILVA, Aline Maria da. **Educação especial e inclusão escolar, história e fundamentos**. Curitiba: Intersaberes, 2012.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa.; GAIATO, Mayara Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo singular, entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Fontanar, 2012.

SOUZA, Thaise Vargas de Medeiros de; SILVEIRA, Zélia Medeiros. **A inclusão da criança com TEA nos anos iniciais e as adaptações pedagógicas: A realidade de uma escola da rede privada do Município de Tubarão/SC**. Criciúma: Saberes Pedagógicos, 2020.

UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais: alcançar e beneficiar a todos com educação e aprendizagem de qualidade. Conferência Mundial de Educação Especial, Salamanca, Espanha, 7-10 jun. 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000101455>. Acesso em: 23/11/2024.